

A IN/FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR PARA LIDAR COM SITUAÇÕES DE SEXUALIDADE

THE IN/TRAINING OF THE SCHOOL MANAGER TO DEAL WITH SEXUALITY

SITUATIONS LA ESCUELA EN /DE FORMACIÓN GESTIÓN PARA TRATAR SITUACIONES SEXUALES

* Andreza Marques de Castro Leão

Resumo: O presente estudo teve por intuito conhecer as dificuldades e facilidades dos gestores em lidar com situações envolvendo sexualidade na escola. Ademais, buscou investigar temas que eles consideram relevantes de serem trabalhados em um curso direcionado a formar profissionais da educação. O intuito foi a partir destes achados delinear um curso de formação continuada voltado a prepará-los para o trabalho de educação sexual, haja vista a necessidade de instrumentalizá-los. Participaram da pesquisa de natureza quali-quantitativo 40 gestores escolares de um município situado no interior do estado de São Paulo. A participação dos mesmos consistiu em responder a um questionário semifechado com perguntas relacionadas a sexualidade e educação sexual. Os apontamentos destes apontam a necessidade formativa em diferentes assuntos de sexualidade sobretudo em sexualidade infantil, diversidade sexual, violência sexual, sexualidade e deficiências, mitos, tabus e preconceitos sexuais, entre outros. Denunciam que apresentam dificuldade de responder as perguntas dos estudantes e maior dificuldade em trabalhar com assuntos que envolvem a diversidade sexual, masturbação, gravidez na adolescência e constatação relativas à violência sexual. Foram poucos apontamentos acerca das ‘facilidades’ de abranger este tema. Em suma, estes dados salientam a necessidade formativa dos mesmos e forneceram elementos importantes para elaboração de um curso de formação continuada visando prepará-los para a implementação de projetos de educação sexual. Este curso teve por ênfase o embasamento teórico destes participantes, estratégia de sensibilização dos mesmos, através da proposição da leitura de textos científicos voltados as temáticas da sexualidade e da educação sexual.

Palavras-chave: Formação continuada do professor. Gestor escolar. Sexualidade. Educação Sexual.

Diferentes assuntos adquiriram uma visibilidade social e política na contemporaneidade e muitos destes adentram o âmbito escolar pela necessidade de serem debatidos. Entre estes, pode-se apontar a sexualidade, Ribeiro (2013) aponta que a escola é um ambiente sexualizado que abarca diferentes manifestações sexuais.

É oportuno advertir que muitos tópicos relativos à sexualidade estão repletos de mitos, crenças e preconceitos, o que justifica a necessidade de serem devidamente abarcados de maneira formal nesta instância social por meio do trabalho de educação sexual (TEIXEIRA, 2012). Este programa pode contribuir para a ruptura dos mitos e tabus relacionados a este tema, bem como, alargar os conhecimentos dos estudantes (SEBASTIÃO, 2005; FIGUEIRÓ, 2006; LEÃO, RIBEIRO, 2013). Ademais, vale frisar que a prevenção primária da violência sexual no âmbito escolar é por meio da educação sexual.

* Doutora em Educação Escolar (FCLAr/UNESP/SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual (FCLAr/UNESP/SP). E-mail: andreza_leao@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-5037-4882.

Ñuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.85-103, Mai./Ago., 2018. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v29i2.5039.

A escola é uma importante instância educacional, tendo a incumbência da educação integral dos estudantes, a qual a sexualidade faz parte. Sendo assim, eles devem ter acesso a discussões acerca deste tema, como forma de possibilitar que sejam devidamente informados (LEÃO, 2009; 2012). Com efeito, o trabalho de educação sexual deve fazer parte da escola não como mais uma incumbência pedagógica, e, sim, como algo imprescindível para a formação dos estudantes. É na escola que se espera que os estudantes aprendam a questionar, refletir e se posicionar acerca de questões relacionadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, entre outros, e é nela que se espera que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas, o que inclui uma educação sexual emancipatória (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Rossi, Freitas e Chagas (2012) apontam que esta instância apresenta resistência à introdução de assuntos tidos como polêmicos, como é o caso da temática em questão. Como esclarecem Barros, Ribeiro e Quadrado (2011) e Leão (2012), a escola ignora a presença da sexualidade, como se isso possibilitasse ocultá-la, e só se abre para abordar este assunto quando presencia algum ‘problema’ de cunho sexual no qual ela precisa de uma solução imediata ou alguma pronta intervenção.

Leão, Ribeiro e Bedin (2010) afirmam que a escola deve ponderar acerca de seu papel na formação dos cidadãos, refletindo sobre os agravos que acende nos alunos ao optar pelo silêncio, uma vez que, com esta atitude, está transmitindo a ideia de que a sexualidade é um assunto ‘intocável’, sigiloso, e, deste modo, coadunando com a perpetuação dos estigmas, receios e desinformações. Figueiró (2009) admoesta que o silêncio é também uma forma de educar e com ele os estudantes aprendem que este é um assunto tabu.

Maistro (2009) destaca que não se pode fugir deste tema, porquanto é uma realidade dos estudantes expressarem-se sobre o mesmo em bilhetes, conversas e entre outras formas, sendo que quando não se aborda este assunto na escola, infelizmente, corrobora-se que continue a ser tratado somente informalmente nas ruas e em outras instâncias sociais.

A sociedade brasileira do século XXI alterna avanços e retrocessos no diz respeito a lidar e compreender a sexualidade, e uma vez sendo reprimida é como se pudesse ser afastada dos contextos escolares, conforme Ribeiro (2013, p. 12). Para o autor, é um contrassenso, haja vista que se tem uma vasta bibliografia específica e com qualidade salientando a necessidade de projetos de intervenção reflexivos em educação sexual: “[...] não é mais possível esconder que crianças, adolescentes e jovens têm um comportamento sexual ativo que necessita de orientação” (RIBEIRO, 2013, p12).

Barros, Ribeiro e Quadrado (2011) argumentam que a escola é um espaço de formação política, cultural, econômica do homem, e, também um local sexualizado e generificado, *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.85-103, Mai./Ago., 2018. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v29i2.5039.

sendo que educa através dos diversos artefatos culturais que emprega: os livros didáticos, os materiais didáticos que são indicados (apostilas, textos, jogos, etc.), as roupas que permite ou proibi, entre outros. As referidas autoras adicionam que a escola vem realizando, da sua maneira, uma pedagogia da sexualidade.

De fato, esta instância sempre procurou privar os estudantes do acesso ao conhecimento neste tema, gerando com isso universos imaginários distorcidos, culpabilizantes e repressivos (TEIXEIRA, 2012). No entanto, é função desta instância transmitir o conhecimento elaborado pela humanidade ao longo dos séculos, e uma vez que a sexualidade está vinculada a este, em seus aspectos históricos, antropológicos e sociológicos é incoerente desconsiderar este aspecto (LEÃO, 2009). O sentido da educação escolar é possibilitar aos estudantes a assimilação dos produtos culturais da ação humana, o que subentende abranger a sexualidade, haja vista o direito do aluno ter acesso a este saber.

Maia (2004) declara que a questão do acesso à educação sexual deveria ser um direito assegurado a todas as pessoas e incluído nas propostas educativas em diferentes instituições educacionais. Aliás, como enfatiza Teixeira (2010), a educação em sexualidade no contexto escolar numa perspectiva de direitos humanos é uma urgência educativa. Afora ser um tema social urgente, a sexualidade é central na vida das pessoas e sua discussão é relevante para crianças e adolescentes (FIGUEIRÓ, 2006; COSTA, 2009; MAISTRO, 2009).

A educação sexual é imperiosa, sendo a forma mais eficaz para a conscientização das pessoas acerca de seus corpos, direitos e deveres. Reforçando o fato exposto, sob o prisma dos direitos humanos, a educação sexual é uma questão básica de cidadania (LEÃO, 2012).

Os direitos sexuais, conforme Maia e Ribeiro (2011), podem ser sintetizados nos seguintes aspectos: direito à liberdade sexual, à autonomia sexual, à expressão sexual, ao prazer sexual, a escolhas reprodutivas livres e responsáveis, entre outros. Baseadas nestes direitos os autores defendem a educação sexual na escola, advertindo que esta educação deveria ir além da mera informação, atuando de forma a garantir uma transformação no processo educacional de maneira abrangente.

Teixeira (2012, p. 28) enfatiza que a escola demonstra evidentes sinais de atraso e falência face à sociedade, sendo que a “[...] educação sexual pode ajudar a encantar a escola, a fazer dela um espaço de auto-produtividade e de auto-criação.”

É mister lembrar que a educação sexual não se restringe a palestras ou semanas específicas para tratar de assuntos pertinentes de sexualidade, visto que consiste no trabalho formal, sistemático e contínuo sobre o tema sexualidade, visando contribuir para a formação

global e crítica do aluno, bem como proporcionar condições para o questionamento de valores discriminatórios e de atitudes preconceituosas (LEÃO, RIBEIRO, BEDIN, 2010).

A escola além de ser um espaço diferencial para se educar para a cidadania, apresenta-se igualmente como apropriado para se educar para o exercício da sexualidade, por isso é propício ao trabalho de educação sexual (LEÃO, 2009). É necessário uma escola aberta para este trabalho e profissionais preparados. Não obstante, a literatura científica (FIGUEIRÓ, 2006, 2009; COSTA, 2009; LEÃO, 2009; 2012; LEÃO, RIBEIRO, 2013; MAIA, 2004; MAISTRO, 2009; ROSSI, FREITAS, CHAGAS, 2012; TEIXEIRA, 2012) aponta que uma das dificuldades que se tem em relação à inserção deste tema dentro da escola tem origem justamente na falta da formação dos professores, assim como, dos profissionais da educação.

Maia (2004) explica que a proposta de educação sexual pode ser desastrosa se os educadores não tiverem um preparo adequado, e os resultados podem se manifestar por meio de uma atitude silenciadora da proposta, tendo-se como argumento que é muito complexa; postura moralista enviesando a leitura científica; propostas superficiais que caem no esquecimento; assim como, propostas entusiastas que enfatizam o prazer em detrimento da responsabilidade.

Neste sentido, Maistro (2009) adverte que um trabalho desta ordem não pode ter um caráter voluntário e eventual, ou ainda, ser realizado em partes desconexas. Para Teixeira (2012, p. 30), a educação sexual exige um altíssimo nível de flexibilidade dos docentes e de preparação teórica, visto que este não é assunto para o autodidatismo voluntarista. O que salienta a necessidade do suporte científico.

Rossi, Chagas e Freitas (2012) afirma que, considerando a necessidade dos trabalhos intencionais de educação sexual, é preciso se investir no aprimoramento da formação do professor e dos profissionais da educação. Ribeiro (2013) acrescenta que esta formação é indispensável para se contribuir na formação e informação dos estudantes de maneira integral.

A formação do profissional da educação se inicia na graduação e se estende durante toda a carreira deste profissional, contemplando a formação inicial e continuada. Ou seja, esta formação não se restringe a estes momentos, uma vez que começa a acontecer antes mesmo da inserção na graduação, nas representações sociais que a pessoa vai construindo do que seja a escola, o ensino, o papel do professor e do aluno (FIGUEIRÓ, 2006).

Consideramos que a formação inicial é uma etapa essencial para instrumentalizar estes profissionais para a prática pedagógica futura no contexto de sala de aula, munindo-os dos conhecimentos primários que irão lhes dar suporte e embasamento teórico para prática pedagógica (LEÃO, 2009, 2012). Este embasamento é imprescindível à atuação pedagógica, *Núances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.85-103, Mai./Ago., 2018. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v29i2.5039.

precisamente quando se pensa em abarcar a sexualidade, um tema submerso em tabus e interditos. Sebastião (2005) salienta a necessidade deste tema estar inserido na formação inicial se deve pelo fato da sexualidade ser um assunto delicado que traz consigo mitos, crenças e preconceitos que precisam ser abolidos.

Contudo, a inserção da sexualidade como disciplina nos cursos de licenciaturas é algo raro. Costa (2009), Sebastião (2005), Leão (2009; 2012) e Leão e Ribeiro (2013), na análise desta inserção, destacam que a abrangência da sexualidade quando ocorre é de maneira informal e isolada em alguns cursos de ensino superior. Isso acontece porque os cursos de graduação, de maneira geral, não dão a devida importância aos temas relacionados à sexualidade, demonstrando resistências a este tema, principalmente, em inseri-lo na grade curricular (LEÃO, 2014). Com isso, a formação no assunto restringe-se, em muitos casos, a cursos de formação continuada.

Rossi, Freitas e Chagas (2012) defendem que a formação continuada possibilita que os professores que não tiveram acesso a discussões acerca da sexualidade na formação inicial possam conhecer e se aproximar do tema. Para as autoras, esta formação traz ao professor de sala de aula possibilidades de atuar com os estudantes, valorizando suas práxis.

A formação continuada refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos, entre outros) voltadas em primeira instância para aprimorar a prática profissional (FIGUEIRÓ, 2006). Para Leão, Bedin e Ribeiro (2010) os cursos de formação continuada podem habilitá-los para abordar os distintos temas de sexualidade com seus estudantes considerando ser um assunto indispensável à formação dos mesmos

No entanto, embora seja relevante a introdução deste assunto na formação dos estudantes, os professores e os gestores escolares têm dificuldades em falar sobre esse tema em virtude da falta de formação para tratar do mesmo (LEÃO, 2014). Para a autora, isso salienta a importância de uma formação continuada que envolva todos os profissionais da educação de modo a instrumentalizá-los para este trabalho, assim como, para instigar uma sensibilidade à necessidade da implementação da educação sexual na escola.

Esta necessidade advém do fato de que os gestores são mediadores nas escolas, tendo diferentes e importantes atribuições, entre estas, estão envolvidos na construção de projetos, na administração, na constituição do currículo escolar, na implementação das discussões dos temas-transversais, entre estes, da educação sexual (BARROS, RIBEIRO, QUADRADO, 2011 apud LEÃO, 2014). As pesquisadoras alegam que estes profissionais podem propiciar que discussões relacionadas a esse tema estejam presentes nas escolas, possibilitando espaços de interlocuções e auxiliando na elaboração de projetos relacionados ao assunto.

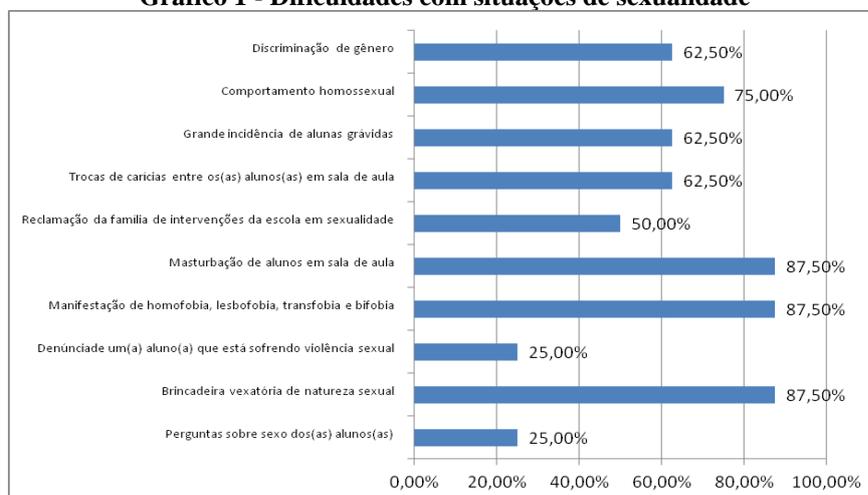
Na realidade, tanto o professor que atua no cenário de sala de aula, quanto o gestor, responsável pelas questões burocráticas da escola, precisam deste preparo para que saibam lidar com os acontecimentos de cunho sexual que corriqueiramente ocorrem na escola. Assim, o interessante é promover que tanto os gestores, quanto os professores tenham uma formação específica em sexualidade. Aliás, pesquisas recentes (COSTA, 2009; FIGUEIRÓ, 2006; LEÃO, 2012; LEÃO, RIBEIRO, 2013), têm apontado que estes profissionais têm percebido a necessidade desta formação e estão mais receptivos a ela, haja vista a urgência atual destas discussões no entorno escolar.

Diante disso, o presente estudo¹ teve por intuito conhecer as dúvidas, dificuldades e facilidades dos gestores em lidar com situações envolvendo sexualidade. Ademais, buscou investigar temas que consideram relevantes de serem trabalhados em um curso direcionado a formar profissionais da educação. O intuito é a partir destes achados poder delinear um curso de formação continuada voltado a prepará-los para o trabalho de educação sexual, haja vista a necessidade de instrumentalizá-los.

Participaram da pesquisa de natureza quali-quantitativo 40 gestores (diretores e vice-diretores) de um município situado no interior do estado de São Paulo. Esclarecemos que os gestores foram convidados para participar do estudo após uma palestra informativa em sexualidade e educação sexual realizada a convite da gestora de políticas do referido município; e a participação dos mesmos consistiu em responder um questionário semifechado.

Na primeira questão do instrumento foram apresentadas situações distintas e perguntado aos participantes se teriam dificuldade para abrangê-las, ou, se seriam indiferentes. Os dados obtidos estão apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 - Dificuldades com situações de sexualidade



Fonte: Elaborado pela autora.

¹ Esta pesquisa contou com o auxílio Pesquisa Regular da Fundação de Amparo do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo n. 2013/ 22432-0.

As participantes indicaram ter mais dificuldade para lidar com situações relacionadas à masturbação dos alunos em sala de aula, a manifestação da homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia, assim como, brincadeiras vexatórias de natureza sexual.

Leão e Ribeiro (2013) em estudo desenvolvido, e questão parecida, destacam que para os participantes a masturbação de alunos em sala de aula é um tema que apresentam dificuldade para tratar. Figueiró (2009, p. 164) afirma que os professores das escolas regulares não sabem como proceder diante da masturbação, pois, muitas vezes, apresentam tabus e preconceitos, e por vezes consideram que o aluno se masturba devido a problemas psicológicos, a autora pontua “[...] lidar tranquila e positivamente com uma situação de masturbação, ou com qualquer outra forma de manifestação da sexualidade, é também estar ensinando, no espaço da escola, pois a postura correta do educador leva o aluno a elaborar uma visão positiva sobre a sexualidade”.

A homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia são temas que devem ser problematizados na escola, considerando que a escola é um dos ambientes homofóbicos. A escola, conforme Junqueira (2009), configura-se um lugar de discriminação e preconceitos, sendo que a homofobia, neste cenário, exerce um efeito de privação e direitos dos alunos, fator desencadeador de sofrimento, segregação, isolamento, intimidação, insegurança, que incide no rendimento escolar e na relação dos estudantes, entre outros agravos.

A dificuldade das participantes ilustra que os profissionais da educação, de maneira geral, não sabem atuar com este assunto. No entanto, é relevante que isso ocorra, porquanto “[...] dentre as diferentes expressões discriminatórias, a homofobia é a menos discutida e a mais controversa, em particular, por persistir posturas que pretendem atribuir à homossexualidade um caráter doentio ou uma condição de inferioridade” (LEÃO; DOESCHER, RIBEIRO, 2014, p. 49).

Junqueira (2009, p. 34) observa que os profissionais da educação não contam com instrumentos adequados para enfrentar os desafios postos pela diversidade sexual, sendo corriqueiro “[...] tais profissionais declararem não saber como agir quanto um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero”.

É preciso abordar este assunto na escola, principalmente para se articular estratégias de como contribuir para atenuar, quiçá, extinguir esta forma de violência (LEÃO; DOESCHER, RIBEIRO, 2014). Junqueira (2009) afirma que para se construir uma sociedade e uma escola mais justa, livre de preconceito, de discriminação, é necessário questionar a homofobia, problematizar e a subverter.

As participantes relataram dificuldade para lidar com a questão da grande incidência de alunas grávidas. A gravidez na adolescência ainda é um tema polêmico de ser trabalhado. Porém, se faz necessário, sobretudo, visando contribuir para atenuar a questão da evasão escolar. Muitas adolescentes grávidas desistem da escola, sendo preciso que sejam acolhidas nesta instância.

Outro assunto apontado pelas participantes como sendo de difícil abordagem é quanto o ‘comportamento’ homossexual. Leão e Ribeiro (2013) mencionam que é corriqueiro, no entorno escolar, que o menino educado, meigo, que prefere companhias femininas nas brincadeiras e que elege brinquedos considerados mais apropriados para o universo feminino, seja rotulado como tendo inclinação para a homossexualidade. A dificuldade das participantes de lidar com isso demonstra falta de informação, haja vista que não há o que se intitula por comportamento homossexual, heterossexual, entre outros. Ou seja, uma visão decorrente da construção cultural ocidental de aproximar a homossexualidade de uma patologia.

Junqueira (2009) traz que orquestrados pela heteronormatividade ocorre o processo de construção de sujeito em sociedade. Na construção do masculino, por exemplo, o sujeito precisa se enquadrar as normas do modelo hegemônico de masculinidade e apresentar características como virilidade, força, bravura, intrepidez, entre outros. Assim, quando há comportamentos que fogem do que é considerado apropriado ao menino, dentro deste modelo hegemônico ele é estigmatizado.

Leão, Bedin e Ribeiro (2010) apontam que a sexualidade emerge na escola também para se combater a homofobia e a violência de gênero. Vale frisar que a homofobia ocasiona em muitos casos a exclusão de suas vítimas do sistema educacional.

A discriminação de gênero foi apontada como assunto difícil de tratar para 62,5% dos participantes. Estatística semelhante ao encontrado no estudo de Leão e Ribeiro (2013) que foi de 55%. Para tratar da sexualidade é imprescindível problematizar as questões de gênero, haja vista que estes assuntos estão entrelaçados. E na escola gênero está e se faz presente, portanto, é um assunto que requer que as participantes tenham formação.

As trocas de carícias entre alunos em sala de aula foi outro assunto apontado pelas participantes como tendo dificuldade de lidar. A exploração corporal e as trocas de carícias entre as crianças faz parte do que se intitula jogo sexual da criança na descoberta do seu corpo e do outro. À luz da psicanálise corresponde ao treino para que desenvolvam sua sexualidade.

Leão e Ribeiro (2013), ao discorrer sobre o tema, comentam que se essas brincadeiras ocorrem com uma frequência considerável é preciso que o professor desenvolva algum trabalho para tratar este assunto.

Metade das participantes pontuou que teriam dificuldade de enfrentar a reclamação da família no tocante às intervenções da escola em sexualidade. Com efeito, a família geralmente teme o trabalho de sexualidade que a escola faz (quando o faz), e este temor decorre do desconhecimento de que assuntos são trabalhados e de que forma. Ademais, vigora uma confusão de que falar em sexualidade instiga-se um interesse pelo assunto. Esquiva-se do fato de que a curiosidade e interesse já existem, sendo que a educação sexual formal pode contribuir para mitigá-los.

Teixeira (2012, p. 31) alega que embora a família por vezes se posicione contrária as tentativas de trabalhos de educação sexual no ambiente escolar, é preciso esclarecê-las que a escola já oportuniza esta educação aos alunos sendo efetivada pelos silêncios, interditos, discriminações, entre outros. O ideal, para o autor, é que houvesse uma parceria entre família e escola, cada qual respeitando o trabalho que realiza: “[...] é altura de a família assumir as responsabilidades e, enquanto não o faz, deixar que a escola assuma as suas” (TEIXEIRA, 2012, p.31). Em suma, a escola não substitui a família tampouco concorre com ela, porém, possibilita a discussão de distintos pontos de vistas relativos a sexualidade sem a imposição de valores (MAISTRO, 2009).

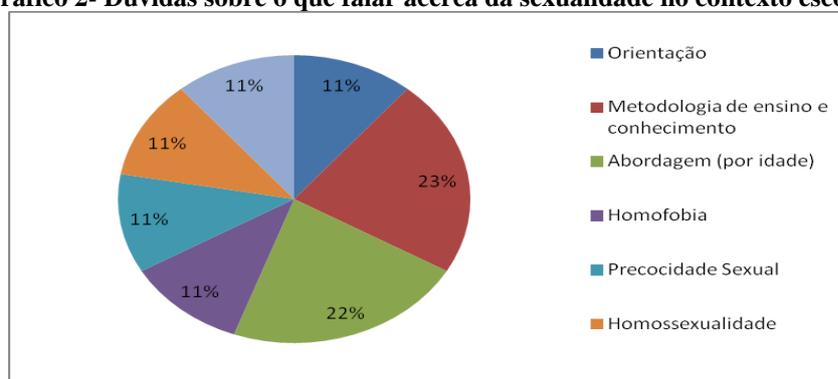
Ademais, os assuntos que as participantes referiram que teriam menos dificuldade foram: perguntas dos alunos sobre sexo, assim como, denúncia de um aluno que está sofrendo violência sexual. Somente 25% das participantes mencionaram que teriam dificuldade. Este dado difere do obtido no estudo de Leão e Ribeiro (2013), no qual 68,2% dos participantes alegaram que teriam dificuldade para trabalhar com a questão da violência sexual. Um aspecto que acena para esta alteração é que os participantes da referida pesquisa, discentes de um curso de Pedagogia, não atuam em sala de aula, ou seja, não tiveram a oportunidade de ter de atuar diante desta questão. As gestoras, participantes da presente pesquisa, expuseram que situações de violência sexual onde a pesquisa foi realizada são ‘comuns’, por isso a necessidade de como enfrentá-la. Porém, é um assunto que precisa ser tratado de maneira a terem uma formação mais geral e aprofundada sobre o mesmo.

Por fim, um total de 25 % das participantes relataram ter dificuldade para responder as perguntas sobre sexo dos alunos. No estudo de Leão e Ribeiro (2013), 57,4% dos participantes disseram que tinham dificuldades para responder estas perguntas. Isso demonstra que as professoras não têm dificuldade de responder as questões trazidas pelos alunos. Não obstante, nas questões seguintes contidas no questionário foi possível verificar as dificuldades que apresentam em termos de informação.

Outra questão indagava as participantes se apresentam dúvidas sobre o que falar acerca da sexualidade no contexto escolar. Elas foram unânimes em comentar que apresentam muitas dúvidas, seja de como iniciar a discussão com os alunos acerca de temas relativos a sexualidade e/ou de como responder os alunos, como evitar problemas com a família, entre outros. Leão e Ribeiro (2013) afirmam que o professor precisa se preparar para saber como lidar com as curiosidades, dúvidas e questões dos alunos relativos à sexualidade.

Para complementar, foi solicitado que as participantes identificassem quais eram suas maiores dúvidas no tocante ao que falar. Os dados obtidos estão no gráfico 2.

Gráfico 2- Dúvidas sobre o que falar acerca da sexualidade no contexto escolar



Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os dados do gráfico 2, destacamos que para 23% das participantes as dúvidas decorrem de que metodologia de ensino empregar, assim como, que informação podem trabalhar com os estudantes. Além disso, 22% afirmaram que têm dúvida acerca de que abordar nas distintas faixas etárias, visto que na infância os interesses e questões que os estudantes trazem são diferentes do que os adolescentes apresentam. Ademais, 11% delas pontuaram que tem dificuldade em como orientar os estudantes em suas dúvidas e curiosidades de maneira que sua ação seja de fato pedagógica. Do mesmo modo, 11% referiram que apresentam dúvidas de como abordar temas polêmicos como a homofobia e a diversidade sexual. E, por fim, 11% indicaram ter dúvidas de trabalhar a questão da precocidade sexual, como explicar aos estudantes a necessidade da maturidade em diferentes aspectos para a iniciação sexual. Apenas 11% das participantes não indicaram dúvidas.

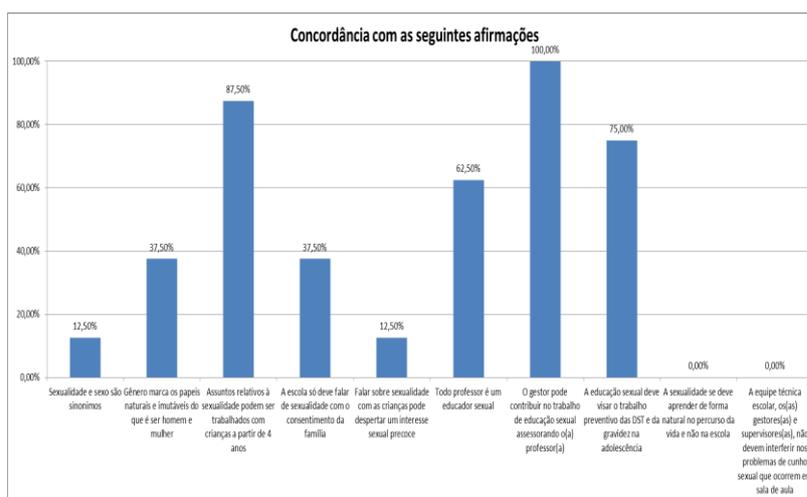
Destaca-se que as participantes apresentam várias dúvidas de como abordar questões de sexualidade com os estudantes. Para a efetivação da educação sexual no âmbito escolar é importante que estas dúvidas sejam sanadas, de maneira que a implementação de propostas de educação sexual tenha êxito, pois como adverte Teixeira (2012), estas propostas exigem preparação teórica. As dúvidas são comuns, porém, é preciso empenho dos profissionais da educação em leituras concernentes ao assunto e formação específica (LEÃO, 2009).

Em relação aos conceitos, as participantes foram solicitadas a discorrerem sobre educação sexual, mais precisamente acerca, do que é, para que e para quem. De acordo com as participantes, a educação sexual ocorre através do ensino do comportamento sexual, o sexo propriamente dito, de sua abordagem no ambiente educacional. Além da desmitificação do assunto e suas ramificações, deve, de forma geral, abranger professores, pais e estudantes.

É notória a associação da sexualidade com a genitalidade, com o ato sexual. Embora a relação sexual esteja e possa ser incluída, a sexualidade é um conceito que extrapola o aspecto biológico e abrange questões psicológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas.

Continuando a análise do questionário, uma das perguntas apresentava questões relativas à sexualidade, inquirindo a opinião das participantes se concordam ou não com as mesmas. Os dados da mesma encontram-se apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Concordâncias nas afirmações de sexualidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos dados obtidos, destacamos que 100% das participantes concordam com a afirmação de que o gestor pode contribuir no trabalho de educação sexual assessorando o/a professor/a. Ou seja, as participantes percebem que podem contribuir neste trabalho dando o devido suporte ao/a professor/a. O gestor tem um importante papel no contexto escolar, porque o mesmo pode auxiliar o professor dando apoio, instruindo, incentivando-o e subsidiando-o em termos de leituras para este trabalho. Para tanto, precisam, também, ter formação.

Outrossim, 87,5% delas afirmaram que assuntos relativos à sexualidade podem ser trabalhados com as crianças a partir dos 04 anos. Percebem a relevância deste assunto ser abarcado com as crianças. Já para 75% das participantes a educação sexual tem como foco o trabalho preventivo das DSTs e da gravidez na adolescência. Na realidade, parte-se do pressuposto que a educação sexual é um direito do aluno, faz parte dos direitos humanos, e

este trabalho vai além de contribuir na adoção de práticas preventivas (MAIA, RIBEIRO, 2011; LEÃO, 2012). É direito do aluno ter acesso à formação científica sobre os assuntos relativos a sexualidade.

Leão (2009) expressa que o trabalho de educação sexual não deve se restringir a prevenção de DSTs, tampouco ser empregado para auxiliar no controle da natalidade, e, sim, deve ser percebido enquanto direito que os estudantes apresentam de ter acesso à reflexão acerca de questões de sexualidade. Para a autora, os alunos têm direito às informações sexuais sem a inquietação preventiva remediativa que comumente ocorre no ambiente escolar quando tais questões são abordadas.

Todo professor é um educador sexual, uma vez que educa abordando este tema, se omitindo, reprimindo, entre outros (FIGUEIRÓ, 2006). Um total de 62,5% das participantes apontam que todo professor é um educador sexual, mostrando que apresentam a devida compreensão deste papel. Aventa-se que o intuito de terem procurado o curso de formação já sinaliza que apreendem a necessidade de terem o preparo adequado para tanto.

Um total de 37,5% dos participantes da pesquisa compreendem que a escola só deve efetivar o trabalho de educação sexual com o aval da família. Portanto, a maioria dos participantes não coaduna com esta premissa. De fato, o trabalho de educação sexual na escola não visa ir além ou aquém do que é realizado na família. Este trabalho pode ser de parceria, conforme Teixeira (2012), haja vista que na escola se efetiva (quando ocorre) o trabalho formal em que se tem uma sistemática de temas a serem trabalhados, com tempo e objetivos previamente planejados, sendo o ensejo de transmitir a informação científica.

Esta questão mostra que as participantes percebem que a escola tem o seu papel no que diz respeito ao trabalho de educação sexual, não necessitando da aprovação da escola, embora seja interessante trazer a família para que possa contribuir para sedimentar este trabalho, de maneira que realmente se tenha uma parceria no diz respeito ao mesmo. Maia e Ribeiro (2011) destacam que as famílias podem ser consultadas e, se possível, participarem dos debates e discussões quanto a este trabalho. Contudo, reitera-se que não é preciso a concordância das mesmas, uma vez que cada instância tem o seu papel dentro da perspectiva do trabalho de educação sexual, seja ele formal ou informal.

Uma das questões perguntava se as participantes concordavam que gênero marca os papéis naturais e imutáveis do que é ser homem e mulher. Somente 37,5% das participantes concordavam com a mesma.

Um percentual relativamente pequeno de participantes, 12% colocou que falar de sexualidade com as crianças pode contribuir para despertar um interesse sexual precoce. A

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.85-103, Mai./Ago., 2018. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v29i2.5039.

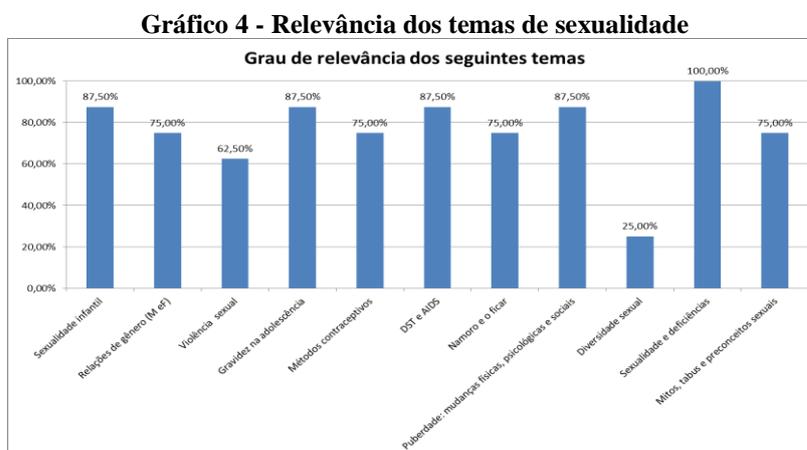
maioria tem a compreensão de que não é o falar que instiga este interesse. Este interesse está presente, faz parte do desenvolvimento da criança, e trabalhar este assunto vai cooperar para que suas curiosidades e dúvidas sejam sanadas.

Ademais, também 12,5% responderam que sexualidade e sexo são sinônimos. Sendo assim, compreendem que o conceito de sexo difere de sexualidade. A importância do devido entendimento destes conceitos é de que há uma associação de maneira indevida de sexualidade com genitalidade, com relação sexual, o que dificulta a percepção de que ela extrapola o ato sexual.

Na sequência, o questionário indagava se as participantes consideravam necessário o professor ter formação específica em sexualidade. As participantes foram unânimes em dizer que sim. Sobre como deve ser esta formação, a maioria respondeu, de maneira objetiva e sucinta, que deve ocorrer de forma contínua, dentro do trabalho pedagógico, e os assuntos que devem ser discutidos são temas relacionados a DST e AIDS, gravidez e precocidade sexual. Evidencia-se nas respostas a associação da sexualidade à prevenção.

Posto isto, a questão seguinte listou os seguintes assuntos de sexualidade: sexualidade infantil; relações de gênero; violência sexual; gravidez na adolescência e métodos contraceptivos; DSTs e Aids; namoro e o ficar; puberdade; diversidade sexual e homossexualidade; sexualidade e deficiências; mitos, tabus e preconceitos sexuais, e solicitava que as participantes sinalizassem qual tema consideram mais relevante de ser trabalhado no curso de formação dos profissionais da educação.

Busca-se, com a mesma, averiguar quais assuntos elas consideram importantes de serem trabalhados dentro do curso formativo. As respostas desta questão encontram-se no gráfico 4.



Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar no gráfico 4 que para as participantes todos os temas são relevantes. Todavia, os temas diversidade sexual e sexualidade infantil foi apontado por todas as

participantes, e violência sexual por 95% delas. Sexualidade e deficiências, assim como, mitos, tabus e preconceitos sexuais foi apontado por 89% delas.

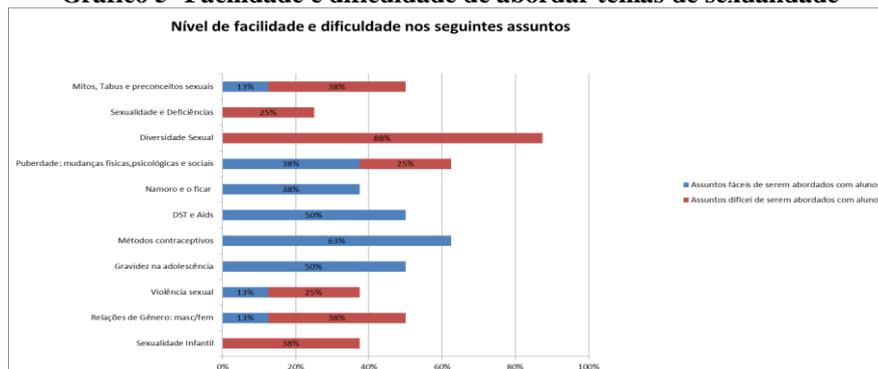
Leão (2012), em seu trabalho direcionado a conhecer a percepção de coordenadores e professores universitários quanto à sexualidade e educação sexual, observou que os assuntos de sexualidade mais relevantes de serem trabalhados são: Mitos, tabus e preconceitos sexuais, assim como, sexualidade infantil. Ou seja, resultados parecidos.

O questionário possibilitou uma aproximação da realidade destes profissionais, de suas demandas formativas, mostrando assuntos, dentro de sexualidade que necessitam de uma formação mais abrangente, quais sejam: sexualidade infantil, diversidade sexual, violência sexual, sexualidade e deficiências, mitos, tabus e preconceitos sexuais, entre outros.

Estes resultados sinalizam que é preciso uma formação continuada e específica no tocante a sexualidade e seus temas correlatos. Esta formação pode contribuir como enfatizam Rossi, Chagas e Rossi (2012, p. 40) para se “[...] possibilitar um avanço para o professor(a), valorizando-o, pelo seu papel de provocador de estudos e criador de novas propostas de ações construídas dia-a-dia nas unidades escolares, acarretando em novas práxis cotidianas e favorecendo a toda a comunidade escolar”.

Enfim, foi questionado quais os assuntos relativos a sexualidade as participantes consideravam mais “mais fáceis” e “mais difíceis” de abordar com os estudantes e o por que isso ocorre. O gráfico 5 mostra as respostas das participantes.

Gráfico 5- Facilidade e dificuldade de abordar temas de sexualidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos apontamentos dos participantes, destacamos que o assunto mais difícil de ser abarcado para elas é a diversidade sexual: 88%. Outros assuntos apontados como sendo difíceis foram: sexualidade infantil e mitos, tabus e preconceitos sexuais, contando com 38%. Também foram listados sexualidade e deficiências, violência sexual e puberdade com 25%.

Com efeito, há a dificuldade de se tratar estes temas no âmbito escolar, sobretudo por se associar sexualidade a sexo, ao ato sexual: “[...] há uma erotização da sexualidade como se restringisse a reprodução, ao sexo propriamente dito” (LEÃO, RIBEIRO, 2011, p.49).

Outro aspecto que atua como um entrave para a abordagem deste assunto é que simultaneamente não há uma formação específica concernente ao mesmo nos cursos de licenciatura, o que dificulta que os futuros profissionais da educação, bem como, os que já atuam, visualizem este tema como importante de ser tratado no entorno escolar.

Estes aspectos colaboraram para se pensar em uma estratégia para reverter este quadro de maneira que a sexualidade ganhe o devido espaço. Assim, surgiu a proposta de um curso de intervenção em sexualidade voltada aos gestores da educação de um município do interior do Estado de São Paulo. Este curso, de formação continuada, visa preparar estes profissionais para o trabalho de educação sexual, objetivando desmistificar as concepções arraigadas que se tem sobre sexualidade, conceitos culturalmente enraizados, que aflora todo tipo de mitos e tabus no campo da formação de educadores em educação sexual.

Nesse sentido, optou-se por um curso semipresencial, fora as aulas presenciais, com uso de leituras de textos científicos (artigos, capítulos de livros, trabalhos completos de congresso), de maneira a afiançar que os participantes tivessem acesso ao saber científico que tem sido produzido nesta temática. Concomitantemente a isso, cada participante recebeu um conjunto de livros de sexualidade, a fim de aprofundar a leitura sobre este tema. De fato, o intuito destas leituras era a sensibilização dos participantes concernente à importância de formação continuada na temática da sexualidade, bem como, da necessidade de um trabalho de educação sexual direcionado aos estudantes.

Sobre o curso, os participantes avaliaram que: “[...] contribuiu para ampliação de conhecimentos e atuação adequada na orientação às equipes gestoras e docentes nas unidades escolares” (C16); “o curso ampliou muito minha visão sobre sexualidade, trabalhou alguns preconceitos, acrescentou novos conhecimentos” (C6); “o curso contribuiu muito no meu trabalho. [...] hoje tenho muito mais a contribuir nas orientações que faço aos professores” (C19); “aprendi muito e vários conceitos e preconceitos foram transformados a partir das leituras, discussões e aulas” (C3).

A leitura de textos científicos na área tem se mostrado uma estratégia eficaz no sentido de instrumentalizar os participantes do que seja a sexualidade e o trabalho de educação sexual, munindo-os de in/formação acerca dos mesmos. Portanto, é uma profícua estratégia formativa pensando em alavancar a formação continuada destes profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da sexualidade é necessária e imprescindível de ser contemplada na escola, sendo direito dos estudantes terem acesso a informações e debates sobre esta temática. Cabe aos profissionais da educação o papel de implementar propostas de educação sexual, de trazer estes debates, de contribuir na formação e informação dos estudantes, o que coloca a relevância de terem preparo, ou seja, uma formação específica neste tema.

A inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo não é uma realidade nos cursos de licenciatura, o que compromete a formação destes profissionais. O resultado disso é percebido na dificuldade que apresentam, na prática profissional, em lidar com situações que envolvem este tema, nas dúvidas que apresentam em como falar sobre o mesmo, entre outros. É interessante notar que eles relatam a dificuldade no trato deste tema e mencionam a demanda formativa, isto é, a necessidade de formação continuada nas temáticas apresentadas.

Em suma, os dados obtidos no presente estudo apontam demandas formativas, as lacunas de in/formação e contribuíram para elaboração e implementação de um curso de formação continuada direcionado a formá-los, o que tem demonstrado efetividade no intento de sensibilizar gestores e professores ante a necessidade do trabalho de educação sexual no âmbito escolar, despidos de concepções, tabus e preconceitos acerca do tema da sexualidade. A leitura de textos científicos nesta área tem contribuído significativamente para o aprofundamento teórico dos participantes, bem como, para esta sensibilização ante a necessidade desta implementação.

THE IN/TRAINING OF THE SCHOOL MANAGER TO DEAL WITH SEXUALITY

Abstract: The present study aimed to know the difficulties and facilities of managers in dealing with situations involving sexuality in school. In addition, it sought to investigate subjects that they consider relevant to be worked on in a course directed to train education professionals. The purpose of these findings was to outline a continuing training course aimed at preparing them for sex education work, given the need to instrumentalize them. A total of 40 school managers from a municipality located in the interior of the state of São Paulo participated in the qualitative-quantitative research. Their participation consisted in responding to a semi-closed questionnaire with questions related to sexuality and sex education. Their notes point to the need for training in different subjects of sexuality, especially in child sexuality, sexual diversity, sexual violence, sexuality and disabilities, myths, taboos and sexual prejudices, among others. They report that they find it difficult to answer the students' questions and it is more difficult to work on issues involving sexual diversity, masturbation, teenage pregnancy and finding out about sexual violence. There were few notes about the 'facilities' to cover this topic. In summary, these data highlight their formative need and provided important elements for the elaboration of a continuing education course to prepare them for the implementation of sex education projects. This course focused on the theoretical basis of these participants, a strategy of sensitizing them, by proposing the reading of scientific texts focused on the themes of sexuality and sex education.

Keywords: Continuing teacher training. School manager. Sexuality. Sexual Education.

LA ESCUELA EN /DE FORMACIÓN GESTIÓN PARA TRATAR SITUACIONES SEXUALES

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo conocer las dificultades y los administradores de instalaciones para tratar con situaciones que implican la sexualidad en la escuela. Por otra parte, tratamos de investigar cuestiones que consideren pertinentes para ser trabajado en un curso dirigido a formar a profesionales de la educación. El objetivo fue encontrado de ser el referente de un curso de formación continua dirigida a prepararlos para el trabajo de educación sexual, dada la necesidad de instrumentalizar ellos. Participó en la naturaleza cualitativa y cuantitativa de la investigación 40 directores de escuela un municipio situado en el estado de Sao Paulo. La participación de la misma era responder a un cuestionario semi-cerrado con preguntas relacionadas con la sexualidad y la educación sexual. Las notas de éstas apuntan a la necesidad de formación en diferentes temas de la sexualidad, especialmente en la sexualidad infantil, la diversidad sexual, la violencia sexual, la sexualidad y la discapacidad, mitos, tabúes y prejuicios sexuales, entre otros. Cargo que tienen dificultades para responder a las preguntas de los estudiantes y más difícil trabajar con los problemas que rodean la diversidad sexual, la masturbación, el embarazo adolescente y la búsqueda relacionados con la violencia sexual. Sólo unas pocas notas sobre las 'instalaciones' para cubrir este tema. En resumen, estos datos ponen de relieve la necesidad formativa de los mismos y siempre elementos importantes para el desarrollo de un curso de educación continua para prepararlos para la realización de proyectos de educación sexual. Este curso tuvo como énfasis la base teórica de estos participantes, estrategia de sensibilización de los mismos, mediante la lectura de la proposición de los textos científicos trataban los temas de la sexualidad y la educación sexual.

Palabras clave: la formación continua del profesorado. Director de la escuela. La sexualidad. Educación sexual.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. Sexualidade: olhares das equipes pedagógicas e diretivas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.179-203, Jul/Dez 2011.

COSTA, A. P. **As representações de sexualidade de um grupo de pedagogas: uma análise da formação docente a partir do recorte de gênero.** 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível.** Campinas: Mercado das Letras; Londrina: EdUEL, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.(org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009. p.141-71.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo:** analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado (Sexologia e Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2012.

LEÃO, A. M. C. A (des)informação de gestores/as e professores/as em sexualidade e educação sexual: relato de uma experiência. **Exedra: Revista Científica**, Coimbra. Suplemento, p. 159- 167, 2014.

RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, C. R. SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO LEÃO, A. M. C.; SEXUAL NA ESCOLA EM FOCO: algumas reflexões sobre a formação de professores. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 36 – 52, jan. / jun. 2010.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Curso de formação inicial em sexualidade: relato de uma proposta interventiva. **Revista Iberoamericana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 8, n. 3, p. 609-638, 2013.

LEÃO, A. M. C.; DOESCHER, A. M.L.; RIBEIRO, P. R. M. O preconceito na escola: caminhos para enfrentar a homofobia e a discriminação de gênero. In: MAGALHAES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C. (org.). **Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2014. p. 45- 65.

MAIA, A. C. B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 153-179.

MAIA, A. C.B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para a ação. **Doxa**, Revista Brasileira de Psicologia e Educação. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara: UNESP- Laboratório Editorial, v. 15, n. 1, p. 75- 84, 2011.

MAISTRO, V. I. A. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, M. N.D. (org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: EdUEL, 2009. p. 35-62.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos pra a construção de uma cidadania ativa. In: RABELO, A.; PEREIRA, G. R.; SOUZA REIS, M. A. (org.) **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Petrópolis: DP et Alii, 2013, p. 7-15.

ROSSI, C. R.; FREITAS, D. L.; CHAGAS, I. A formação continuada de professores (as) no Brasil e em Portugal: reflexões acerca da educação sexual nas instituições escolares. **Elo-**Revista do Centro de formação Francisco de Holanda, Guimarães, p. 35-40, jul. 2012.

SEBASTIÃO, C. A. F. **Educação em sexualidade:** um contributo para formação inicial de professores. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade de Aveiro, Aveiro, 2005.

TEIXEIRA, C.M.; MAGNABOSCO, M.M. **Gênero e diversidade: formação de educadoras/es**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TEIXEIRA, V. O sexo e a ontologia do humano. **Elo-** Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, Guimarães, n.1, p. 23-34, jun. 2012.

Recebido em abril de 2017.
Aprovado em agosto de 2018.